

Assunto: TJPE seleciona pessoas interessadas em atuar como voluntários	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção/Repórter: Folha da Cidade
Página: 2	Data: 04/11/2014



■ **VOLUNTÁRIOS** - O Tribunal de Justiça de Pernambuco seleciona pessoas interessadas para atuar nos cargos de conciliador e mediador como voluntários, nas Unidades do Sistema de Resolução Consensual e Arbitral de Conflitos e do Sistema de Juizados Especiais. Inscrições, até o dia 14, telefone 81.3181.5965.

Assunto: Mutirão de Conciliação na Faculdade Boa Viagem	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Economia	Seção/Repórter: Folha Econômica
Página: 2	Data: 04/11/2014



■ TJPE 1 -
Amanhã, a partir das 8h, acontece um mutirão de conciliação no núcleo de prática jurídica da Faculdade Boa Viagem. O espaço fica na rua Arquiteto Luiz Nunes, na Imbiribeira.

■ TJPE 2 - O atendimento é gratuito e, neste caso, o objetivo principal será mediar processos e acordos de ações movidas por clientes contra o Banco do Brasil. O que não é pouco.

Assunto: Educação entra em greve em Carpina - 3ª Vara de Carpina	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Economia	Seção/Repórter: Folha Econômica
Página: 2	Data: 04/11/2014



SEM SALÁRIO

Educação entra em greve em Carpina

TAUAN SATURNINO

O Sindicato dos Servidores Municipais de Carpina (Sinsemuc) deflagrou ontem uma greve dos servidores da área de Educação da cidade por conta do atraso de salários destes profissionais. Segundo o presidente do Sinsemuc, Antônio Lopes, a situação de atrasos salariais ocorre desde janeiro não tendo sido regularizada até o dia 31 de outubro, data limite que havia sido acordada com o prefeito do município Carlos do Moinho (PSB) para os pagamentos serem feitos. Amanhã, está prevista uma reunião da categoria, caso os atrasos salariais não sejam quitados.

Representantes do sindicato tiveram ontem uma reunião com a juíza da 3ª vara da comarca de Carpina, Maria do Carmo, para informar a situação. A mesma juíza já havia deferido uma liminar no dia 20 de outubro determinando a regularização da situação até o dia 30 daquele mês, sob pena de bloqueio de repasses à prefeitura do Fundo de Participação dos Municípios, Fundo de Manutenção da Educação Básica e Fundo de Saúde. Segundo a professora Nerces Silveira, ex-presidente do Sin-

semuc, a Prefeitura de Carpina não estava repassando o salário dos servidores da Educação de maneira homogênea, deixando sempre uma parte do funcionalismo com os salários atrasados. Por esta razão, o Sinsemuc já estava anunciando a greve desde o dia 10 de outubro. A reportagem tentou entrar em contato com o prefeito e com a secretária da Educação de Carpina, Mônica Guerra, mas não obteve retorno.

Saiba mais

EXONERAÇÃO - Ainda em outubro, o prefeito Carlos do Moinho exonerou todos os secretários e cargos comissionados do município em um só dia e nas semanas subsequentes mudou nomes de seu secretariado e reconduziu antigos secretários como Mônica Guerra. O objetivo das demissões, de acordo com o socialista, foi diminuir os gastos da prefeitura, que estava em dificuldades financeiras.

Assunto: Aniversário - Desembargador Agenor Ferreira Lima	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Caderno C	Seção/Repórter: Dia a dia
Página: 3	Data: 03/11/2014

jornal do  commercio

Aniversariantes

Felicidades para Eurico Chaves Neto, Wanderley José Bezerra, Luís Carlos Raposo, Noêmia Madeira, Teresa Cristina Sá Leitão, Carolina Augusta Fonseca de Oliveira, Roberto Vilela, Waldemir Pinheiro, Agenor Ferreira Lima e Jaime Brennand Filho.

Assunto: Núcleo do TJPE formaliza 24 acordos de conciliação na primeira semana de funcionamento

Veículo: CNJ

Data: 04/11/2014

Editoria: Destaque do site

Seção:

CNJ



> mais notícias

Assunto: Núcleo do TJPE formaliza 24 acordos de conciliação na primeira semana de funcionamento

Veículo: CNJ

Data: 04/11/2014

Editoria:

Seção:



Núcleo do TJPE formaliza 24 acordos de conciliação na primeira semana de funcionamento



O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE) colocou em funcionamento o Núcleo de Conciliação Pré-Processual, específico para cidadãos interessados em solucionar, de forma pacífica e sem a necessidade de processo judicial, pendências com a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe). Na primeira semana de funcionamento, a nova unidade recebeu 110 atendimentos e formalizou 24 acordos de conciliação entre consumidores e a Celpe.

A iniciativa do TJPE está em sintonia com a Resolução n. 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que instituiu a Política Nacional de Conciliação no âmbito do Poder Judiciário. A resolução determina aos tribunais, entre outras medidas, a criação de núcleos permanentes de métodos consensuais de solução de conflitos, compostos por magistrados da ativa ou aposentados e servidores, preferencialmente atuantes na área.

Como parte dessa política, o CNJ vai realizar, em parceria com os tribunais, no período de 24 a 28 de novembro, mais uma edição da Semana Nacional de Conciliação. Para participar, os tribunais devem selecionar os processos que tenham possibilidade de acordo e intimar as partes envolvidas. Caso o cidadão ou instituição tenha interesse em incluir o seu processo, deve procurar, com antecedência, o tribunal em que o caso tramita.

Os tribunais já se preparam para o esforço nacional de conciliação. No caso do tribunal pernambucano, por exemplo, os interessados em participar podem se inscrever no site do órgão (www.tjpe.jus.br). Segundo a coordenadora adjunta da Central de Juizados Especiais Cíveis do TJPE, Isabella Magalhães, serão levados para a Semana Nacional de Conciliação apenas conflitos que já estejam na fase processual. Ela acrescentou que o

prazo para inscrições, encerrado no último dia 23, foi reaberto e terminará em 14 de novembro.

Isabela Magalhães, ao falar sobre o núcleo exclusivo para conflitos com a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), disse que a unidade recebe uma média semanal de 60 a 70 reclamações de consumidores. Com relação aos acordos, a média semanal é de 20 a 25. “A maioria das reclamações é de consumidores que recebem duas contas de energia elétrica com o mesmo vencimento e valores diferentes”, informou a coordenadora adjunta.

O núcleo recém-inaugurado resulta de parceria do TJPE com a Celpe. O cidadão, ao chegar à Central de Juizados Especiais Cíveis, é encaminhado ao núcleo, onde funcionários da distribuidora de energia fazem o atendimento. Essa medida agiliza a resolução de conflitos entre o consumidor e a Celpe, que responde por cerca de 10% das queixas apresentadas aos juizados especiais cíveis do TJPE, segundo informou a coordenadora adjunta da central.

O presidente do TJPE, desembargador Frederico Neves, destaca que a implantação do novo serviço contribui para a aproximação do Judiciário com a população, uma das prioridades de sua gestão. “Precisamos voltar os olhos para o princípio da eficiência no serviço público. Esta conjugação de forças que se inicia permite isso. Com a conciliação, acreditamos que as pessoas são capazes de resolver os próprios conflitos”, afirmou o magistrado.

Segundo o presidente da Celpe, Luiz Antônio Ciarlini, o atendimento no núcleo especializado auxiliará também na melhoria dos processos internos da Celpe. “É muito importante que estejamos atualizados em relação às demandas da população, na busca por uma melhor qualidade. Vamos dedicar atenção especial para que isso se consolide”, ressaltou.

O Núcleo de Conciliação Pré-Processual do TJPE funciona na Central de Juizados Especiais Cíveis, localizada na Avenida Mascarenhas de Moraes, 1.919, bairro da Imbiribeira, no Recife. O horário de atendimento é das 8 às 17 horas, de segunda a sexta-feira.

Jorge Vasconcellos

Agência CNJ de Notícias, com informações do TJPE

Assunto: Jornada da infância discute preparativo para adoção em tribunal	
Veículo: CNJ	Data: 04/11/2014
Editoria: Destaque do site	Seção:



Jornada da infância discute preparativo para adoção em tribunal



Atendendo à nova Lei de Adoção, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) promoveu, nessa quinta (30/10) e sexta-feira (31/10), a quarta edição das Jornadas Pernambucanas da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ). No evento, houve o Encontro de Capacitação de Operadores da Área da Infância e Juventude e a Preparação e Habilitação de Pretendentes à Adoção. O objetivo foi difundir informação e

levar orientação aos envolvidos com a temática.

O encontro ocorreu no auditório do 2º andar do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra, área central do Recife, das 8h às 18h. Nessa edição, as Jornadas promoveram a preparação e a habilitação de pretendentes à adoção, para os que desejam se tornar pais e mães, no primeiro dia de programação. Com as 12 horas/aulas, os participantes habilitaram-se à inscrição no Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Conforme a Lei Nacional da Adoção, é obrigatória a participação dos pretendentes em programas de preparação psicológica, social e jurídica oferecidos pela Justiça da Infância e da Juventude.

Já o Encontro de Capacitação de Operadores da Área da Infância e Juventude, voltado para magistrados, servidores, membros do Ministério Público, defensores públicos e conselheiros tutelares, ocorreu nos dois dias de evento. O curso também integra a formação inicial dos 61 novos magistrados do TJPE, nomeados em setembro. Esse treinamento visa qualificar juízes, servidores e demais envolvidos no tema para cumprir as atribuições relacionadas à adoção na própria comarca onde atuam. Dessa forma, atenderão a uma demanda real de postulantes em todo o estado, que aguardam a oferta do curso para serem incluídos no CNA, do Conselho Nacional de Justiça.

Segundo o coordenador da Infância e Juventude do TJPE, desembargador Luiz Carlos Figueiredo, a troca de experiências entre os diferentes atores envolvidos na adoção é fundamental para que o processo tenha êxito. "Nesse encontro, facilitamos a interlocução com esses atores. Sabemos que o Judiciário sozinho não resolve a situação. A alteração da Lei Nacional de Adoção veio exatamente no sentido de ampliar a segurança e a qualidade do processo de adoção", salienta.

Interior – As Jornadas Pernambucanas da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) chegarão este ano também a Caruaru, no Agreste, e Serra Talhada, no Sertão. Nos dias 20 e 21 de novembro, a Capacitação de Operadores da Área da Infância e Juventude e a Preparação para Pretendentes à Adoção ocorrerão no Fórum João Elísio Florêncio, em Caruaru. Em Serra Talhada, o curso está marcado para os dias 27 e 28 de novembro, no Auditório da Câmara Municipal dos Vereadores.

Assunto: Acusados de matar professor em Chã de Alegria vão a júri popular	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 04/11/2014
Editoria:	Seção:



Acusados de matar professor em Chã de Alegria vão a júri popular

Começa na manhã desta terça-feira, na Câmara de Vereadores de Glória do Goitá, o julgamento de três pessoas acusadas de assassinar o professor Linaldo Gomes da Silva, de 45 anos. O crime aconteceu em agosto de 2011 em Chã de Alegria, Mata Norte de Pernambuco, na casa da vítima, morta a golpes de porrete e faca peixeira, com requintes de crueldade.

O juiz Lauro Pedro dos Santos Neto, que vai presidir o Tribunal do Júri, solicitou reforço policial após boatos de tentativa de linchamento dos acusados: Wedson Rodrigues da Silva, de 23 anos, Luiz Paulo da Silva, 28, e Gustavo Francisco do Nascimento, de 37 anos.

O corpo de sentença será formado por moradores de Glória do Goitá e de Chã de Alegria. O Ministério Público é o autor da denúncia, representado pelo Promotor Francisco de Assis.

O crime chocou os moradores da região. Linaldo era professor de matemática e diretor de uma Escola da Rede Municipal de Chã de Alegria. Um dos acusados, Luiz Paulo, seria garoto de programa e teria se relacionado com a vítima.

De acordo com a polícia, Luiz teria entrado na casa do professor para roubar uma verba de R\$ 8 mil que ele receberia para comprar os instrumentos de uma Banda Marcial da escola onde trabalhava. Como a vítima ainda não havia tido acesso à quantia, o trio teriam resolvido assassiná-lo. O caso foi investigado pelo delegado Francisco Caúla, que presidiu o inquérito na época.

Assunto: Votação sobre promoção de policiais adiada por falta de quórum na Assembleia

Veículo: diariodepernambuco.com.br

Data: 04/11/2014

Editoria:

Seção:



Votação sobre promoção de policiais adiada por falta de quórum na Assembleia



Foto: Jessen Peixoto / Divulgação

Por falta de quórum, os deputados estaduais deixaram de votar, na tarde desta segunda-feira (3), a emenda que altera um dos artigos do projeto de Lei complementar 2074/2014, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a promoção de oficiais da ativa, sobre a carreira dos militares e o quadro de oficiais de administração nas corporações militares do estado. A votação deve ocorrer nesta terça-feira (4), às 14h.

A proposta, enviada pelo governo em agosto para a Assembleia Legislativa, em caráter de urgência, acabou ficando enganchada durante o período eleitoral na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Casa. Na última semana, a proposta foi aprovada e a votação marcada.

Na tarde desta segunda-feira, representantes da Associação de Cabos e Soldados (ACS-PE) estiveram no planário da Casa de Joaquim Nabuco e mostraram insatisfação com alguns pontos da proposta que está sendo colocada em discussão, como a questão da divisão das vagas nos cursos de formação e as penas disciplinares com supressão do salário.

Segundo o presidente da ACS-PE, Alberisson Carlos, a proposta beneficiaria apenas os soldados mais novos, que poderiam vir a se tornar sargento sem antes ser cabo. "O TJPE já determinou que não pode haver uma 'promoção per saltum', ou seja, com quebra de hierarquia. Um soldado para primeiro ser sargento, precisa ser cabo. E o que é que acontecerá se esse projeto for aprovado: favorecerá os mais novos. Não é que sejamos contra, pois entendemos que eles também precisam ser contemplados, mas não podemos promover essa exclusão institucional histórica, onde o policial mais antigo já deveria ter sido promovido", explicou.

Outro ponto criticado pela associação é a da mudança do código disciplinar, com aumento da suspensão e corte no salário. "Pedimos que houvesse o fim da prisão disciplinar e da detenção. Agora, é claro que a gente sabe que deve haver um dispositivo de punição, senão o bom profissional acabará sendo prejudicado por aquele que não tem compromisso. O que não pode é instituir uma pena de 21 dias com o corte integral de salário por uma infração simples", acrescentou. Alguns itens da proposta, como a a decisão que outorga às mulheres proventos integrais, desde que conte com, no mínimo, 25 anos de serviço, foram aceitas pela categoria.

Assunto: Associação de cabos e soldados deseja vetar projeto da PM na Alepe	
Veículo: Jconline	Data: 04/11/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Associação de cabos e soldados deseja vetar projeto da PM na Alepe

Para a entidade, o projeto é uma manobra do governo do Estado para não atender aos anseios da classe



Foto: Divulgação

Após chegar ao plenário da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) pela segunda vez, "o projeto da Polícia Militar" teve sua votação mais uma vez adiada. Um grupo de oito representantes da Associação de Cabos e Soldados da PM participou da sessão e apresentou seu desejo de vetar o projeto, que não agrada à classe militar. Para a entidade, o projeto é uma manobra do governo do Estado para não atender aos anseios da classe.

A matéria estava prevista para ser votada na terça-feira (4), mas foi colocada na pauta desta segunda-feira (3). Com quase três meses de tramitação, o projeto chega fechado ao plenário, discutindo Plano de Cargos e Carreiras e o Código Disciplinar da corporação num único documento.

Em discussão acirrada com os deputados opositores Daniel Coelho (PSDB) e Odacy Amorym (PT), os oito PMs não chegaram a um consenso com os parlamentares. Durante toda a discussão, o tucano defendeu que era melhor a classe aprovar esse projeto junto aos deputados e, só no próximo ano, lutar por melhorias. "Eu sei que esse projeto não atende a todos os anseios de vocês, mas ele representa avanço. Se depender do governo do Estado, essa pauta não avança. Se vocês quiserem derrubar o projeto, é um direito de vocês, mas se fosse eu, aprovaria o projeto", definiu Daniel.

O soldado Albérison Carlos, por sua vez, disse que esse projeto é inconstitucional, uma vez que ele permite a promoção de soldados diretamente para o posto de sargento, ferindo um parecer do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que veta esse procedimento.

O PM também criticou a maneira como o governo do Estado colocou o projeto de lei que foi acordado com a PM logo após a greve de maio deste ano. "O governo colocou num mesmo pacote o Código Disciplinar e o Plano de Cargos e Carreiras, com propostas diferentes das que nós defendemos. Eles chegam aqui com um discurso de que o projeto foi um acordo entre governo e corporação, mas não foi. Esse não é o nosso interesse", protestou Albérisson.

A matéria está prevista para ir a votação na sessão plenária desta terça-feira (4), às 14h30. Mais uma vez, sua discussão depende, entre outros fatores, da presença da maioria absoluta dos deputados (25 parlamentares) na Casa. Orientados pelo deputado Daniel Coelho, o grupo de militares que presenciou a sessão de hoje deve preparar um documento expressando o desejo da corporação em vetar o projeto. Caso seja derrubada, a discussão entre governo e PM só deve recomeçar quando o novo governador Paulo Câmara (PSB) assumir.